

Diretores entram na mira do TCU

O uso político dos programas da FAE não é a única fonte de desvios da merenda escolar. Muitos de seus antigos diretores estão envolvidos em acusações de irregularidades e o Tribunal de Contas da União, em outubro do ano passado, determinou a realização de diligências para investigar, entre outras questões, a realização de convites — e não licitações —, diferenças entre preços cotados e efetivamente pagos e a realização de despesas desnecessárias.

Para responder a estas questões estão convocados dois ex-presidentes da entidade — Agostinho Giusti e Maurício Toscano, além do ex-diretor de apoio alimentar e nutricional, José Gasparinho Neto. Algumas histórias de fraudes já foram desvendadas.

É o caso da compra de 81 toneladas de feijão, em Santa Catarina, que não passou pela análise do departamento tecnológico de alimentos da Universidade Federal e não pode ser utilizado na merenda escolar. Como havia pouco estoque, a divisão de me-

renda escolar decidiu comprar um produto inferior para ter maior quantidade de alimentos. Vetado pela análise técnica, o feijão permanece estocado e o pagamento foi sustado.

Resta apenas o mistério da identidade da intermediária que procurou o chefe do departamento de vendas da empresa fornecedora, Ivanor Tozzo, em Chapecó, no Oeste de Santa Catarina. Ela informou estar autorizada a fechar o negócio. O setor de merenda escolar da Secretaria de Educação vistoriou o feijão, mas a coordenadora do programa, Clarisse Farias, afirma que não lembra de detalhes da operação.

Negócio desfeito, a intermediária desapareceu e ninguém sabe porque o feijão reprovado em análise de qualidade iria custar Cr\$ 61,00 o quilo no atacado, quando é possível comprar mais ou menos pelo mesmo preço um produto de melhor qualidade — no varejo.

Em Belém, 2 mil 357 fardos de leite em pó da merenda escolar

foram confiscados pela empresa Argenol, onde o produto estava depositado. A empresa vendeu o leite em pó por conta própria e ficou com o dinheiro, alegando que estava simplesmente cobrando uma dívida da prefeitura de Belém. Os diretores da empresa foram indiciados por apropriação indébita na Delegacia de Ordem Política e Social, já encarregada de investigar outras irregularidades na merenda escolar do Pará.

Na Bahia, sindicâncias realizadas depois que a Secretaria de Assistência ao Estudante (SAE) reassumiu a distribuição de merenda encontraram algumas histórias nada exemplares. Na cidade de Brumado, uma boa parte da merenda era desviada para a Casa do Estudante de Brumado em Salvador, que abriga alguns universitários vindos do interior.

Sem contar o desvio — feito por guias de saída assinadas pela ex-coordenadora do programa de alimentação escolar na região, Manoelita Gama — a fraude incluía um passeio de 1 mil 300

quilômetros, pois a merenda ia de Salvador a Brumado e depois voltava.

Com relação à qualidade proteica dos alimentos oferecidos na merenda escolar, Nelson José Correia, coordenador do Programa de Merenda Escolar em Pernambuco, afirma que a cada dia de alimento formulado para as 1,5 milhão de crianças atendidas representa 15 toneladas a menos de proteínas. E isto para uma população com graves problemas nutricionais.

Além disto, ele mostra que um grama de alimento básico (a preços de março de 1990) custava Cr\$ 0,64, enquanto igual quantidade de formulado ficava em Cr\$ 1,13. Ele denuncia que existe um monopólio de alimentos formulados nos níveis decisórios do programa.

Isto, sem dúvida, deve ocorrer, pois estão em cargos-chaves do Ministério da Ação Social e do Instituto Nacional de Alimentação (Inan), que têm grande influência sobre o cardápio da FAE.